

## Convergência

A Economia Portuguesa está a convergir para a União Europeia? O ritmo de convergência tem sido constante? Ou terá havido uma aceleração, após a adesão à CEE? A convergência da Economia Portuguesa face à União Europeia (UE) tem sido objecto de análises variadas. Nem sempre, no entanto, estas se fundamentam em dados e métodos apropriados. Para que a discussão contribua para o adequado esclarecimento da opinião pública, há alguns cuidados a ter.

Em primeiro lugar, é obrigatória a utilização de dados expressos em Paridades de Poder de Compra. Isto porque os diferenciais de produtividade calculados com base em taxas de câmbio correntes não reflectem necessariamente diferenças nas quantidades produzidas. Por exemplo, se um cabeleireiro português ganhar 48 euros por dia e um cabeleireiro americano ganhar 100 dólares por dia e se um dólar valer um euro, tal não significa que a produtividade do primeiro seja 48% da do segundo. Se o mesmo corte de cabelo custar 6 euros em Portugal e 10 dólares nos EUA, então o cabeleireiro americano consegue realizar 10 cortes por dia enquanto o português realiza apenas 8. Nesse caso, a produtividade do português será igual a 80% da do americano. Quando se procede à comparação de medidas agregadas, como o PIB per capita ou o PIB por trabalhador, a lógica é a mesma: há que usar um numerário comum, preferencialmente calculado com base em bens representativos e semelhantes.

Em segundo lugar, a convergência só deve ser analisada tomando um período de tempo suficientemente longo. Afirmarções do tipo "Portugal está a divergir pelo terceiro ano consecutivo" podem ter algum interesse político, mas carecem de fundamento técnico. Isto porque, a produtividade, infelizmente, não salta. Pode evoluir mais depressa ou mais devagar, mas está condicionada por obstáculos de índole estrutural que, pela sua natureza não são passíveis de mudança radical. Quando se comparam evoluções de produtividade em períodos curtos há um grande risco de captar diferenças nas posições cíclicas, não necessariamente relacionadas com as trajetórias de longo prazo.

Em terceiro lugar, há que distinguir "aproximação" de "convergência". A verificação de taxas de crescimento superiores às registadas no conjunto da UE durante um qualquer período de tempo contribui certamente para diminuir o diferencial de rendimentos, mas não implica necessariamente convergência. Por exemplo, se as inovações tecnológicas no Botswana forem alheias às inovações na UE, as respectivas séries de produtividade podem até aproximar-se, mas não terão necessariamente um comportamento de convergência. Nada impede que, a partir de certa altura, as duas séries, comandadas por idiosincrasias locais, comecem a divergir. Para haver convergência, a série da produtividade na UE tem de funcionar como um íman para a série correspondente em Portugal. Isto é, admite-se incidência diferenciada dos benefícios da inovação tecnológica no curto prazo, mas obriga-se a um aproveitamento idêntico desses benefícios no longo prazo.

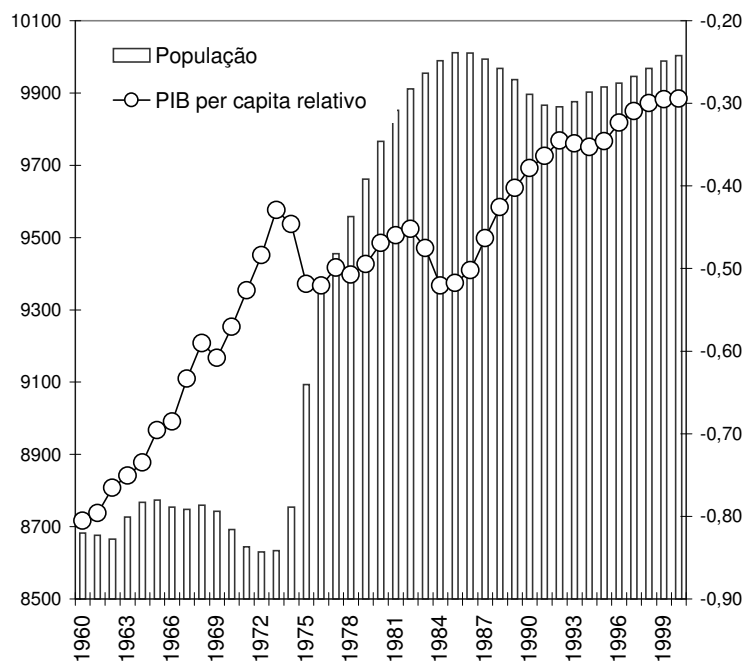
Finalmente, há que admitir a possibilidade de quebras estruturais. Nomeadamente, a revolução de Abril e a adesão à CEE podem ter alterado o ritmo de convergência. Não acautelando essa possibilidade, há o risco de a estatística tomar por regra aquilo que são excepções, enviesando o resultado contra a hipótese de convergência.

Na Figura 1 apresentam-se as séries do PIB per capita em Portugal dividido pelo valor médio da UE (em logs) e da população (milhares), entre 1960 e 2000. Durante o período em análise, o PIB per capita relativo apresenta uma tendência ascendente. Observa-se, no entanto, uma estagnação entre 1975 e 1985, que levanta dúvidas quanto à verificação de convergência nesse período. O mesmo gráfico sugere que essa "interrupção" constitui, em larga medida, uma herança da série da população. Nomeadamente, reflecte a paragem do processo de emigração em 1974 e a repatriação de trabalhadores das ex-colónias nos anos seguintes. Acresce também o facto de a série da população ser ajustada a partir de censos periódicos e de, entre nós, o censo de 1992 ter sido particularmente problemático, pois teve o condão de fazer "desaparecer" quase meio milhão de portugueses, com implicações nas estimativas do PIB per capita ainda não totalmente esclarecidas.

Não obstante, os resultados dos testes que efectuei sugerem que, descontando o impacto assimétrico do choque petrolífero (e revolução), o PIB per capita em Portugal se tem comportado como estando em convergência para a média da UE. De acordo com as estimativas, o ritmo de convergência terá baixado de 3,2% ao ano em 1961-73 para 1,0% ao ano em 1974-2000. Notavelmente, não se encontrou evidência favorável à hipótese de aceleração a partir de 1986. Esse resultado talvez não seja totalmente inesperado, pois Portugal já se encontrava em fase adiantada de integração real quando aderiu à CEE. Mas contraria a

ideia de que Portugal não terá convergido durante a fase do "stop and go" e que, só com estabilidade política e fundos estruturais terá re-encontrado o caminho da convergência.

Miguel Lebre de Freitas  
Universidade de Aveiro, 4-12-2k2



Fonte: Comissão Europeia.